



Reflexões sobre a participação das mulheres no campo das artes marciais e as representações de gênero incutidas nesse processo

Reflections on the participation of women in the field of martial arts and gender representations instilled in this process

George Almeida Lima
Christiane Garcia Macêdo
Álvaro Rego Millen Neto
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
Petrolina - PE - Brasil

Resumo

O universo esportivo apresenta desigualdades de acesso e valorização entre homens e mulheres, especialmente em práticas vinculadas à agressividade e combate. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a produção acadêmica brasileira sobre a participação das mulheres na prática das artes marciais. Utilizamos a revisão sistemática de literatura como método de pesquisa. Após a seleção inicial, 15 textos compuseram o conjunto de trabalhos analisados de forma mais profunda. Destaca-se que a partir da participação da mulher no campo das artes marciais, criam-se novas configurações sobre a ideia do “ser mulher” lutadora, rompendo com a ideia de feminilidade normativa a partir de uma construção identitária feminina voltada para aspectos que envolvem força, determinação e coragem. Esse aspecto corrobora para a subversão do estigma do “sexo frágil”.

Palavras-chave: Artes Marciais; Mulher; Gênero.

Abstract

The sporting universe presents inequalities of access and appreciation between men and women, especially in practices linked to aggressiveness and combat. In this sense, the objective of this study is to analyze the Brazilian academic production on the participation of women in the practice of martial arts. We used a systematic literature review as a research method. After the initial selection, 15 texts made up the set of works analyzed in more depth. It is noteworthy that from the participation of women in the field of martial arts, new configurations are created about the idea of "being a woman" fighter, breaking with the idea of normative femininity from a female identity construction focused on aspects that involve strength, determination and courage. This aspect corroborates the subversion of the stigma of the “weaker sex”.

Keywords: Martial Arts; Woman; Gender.

1. Introdução

As práticas corporais são fenômenos eminentemente culturais e, como tal, constituem-se no bojo de relações sociais humanas permeadas por símbolos e significados particulares, consolidando-se em uma estrutura social profunda e complexa no qual se “produzem e conservam ideologias e valores que orientam as relações entre os sexos” (DUNNING, 2019, p. 524). Desse modo, a partir do imbricamento entre as práticas corporais, aspectos sociais, econômicos e políticos, as ligações sociais entre os indivíduos pautaram-se na utilização dos pressupostos biológicos como justificativa para a monopolização do homem aos diversos segmentos sociais, o que desencadeou a hegemonia masculina nesse campo social.

Todavia, percebemos alterações na configuração social contemporânea, como a concepção ontológica que busca romper o binarismo homem/mulher, ampliando as percepções sobre questões de gênero a partir da ótica cultural (CONNELL, 2016). Em paralelo, Dunning (2019) apresenta uma reconceptualização semelhante, ao tratar das “ligações funcionais”, que se configuram a partir das relações de interdependência entre os grupos sociais, vislumbrando a redução das violências e das desigualdades nas relações, no bojo do que Elias (1994) circunscreve como um processo civilizatório. Desse modo, as configurações de gênero vão se reverberando na medida em que as distintas categorias de gênero se apropriam das práticas desportivas (ADELMAN, 2007). Nesse ínterim, podemos questionar: nas configurações sociais contemporâneas, como são constituídas as relações de gênero nas práticas corporais?

Ao refletirmos sobre o supracitado questionamento, devemos compreender o constructo social que fundamentou o cenário esportivo, constituindo-se a partir uma visão misógina e machista que valorizava nos homens, de maneira exacerbada, a partir da validação de comportamentos agressivos, viris e violentos, utilizando os aspectos biológicos como um elemento fulcral para determinar quais grupos poderiam praticar atividades corporais consideradas de alta violência, como *rugby*, futebol e artes marciais.

Desse modo, consolida-se no universo desportivo, especificamente no campo das lutas corporais, *lócus* deste estudo, a construção de um *ethos* que compreendia a expressão “macho” como um constructo identitário do homem rústico. Esse fato desencadeou desequilíbrios nas relações de gênero, reproduzindo estereótipos e comportamentos que

não estavam ligados ao *ethos* masculino (DUNNING, 2019). Por conseguinte, as lutas foram historicamente compreendidas e delineadas como um campo masculinizado (ELIAS; DUNNING, 1992), desenvolvendo representações machistas sobre os atributos e valores essenciais para essas práticas corporais, como agressividade, virilidade e força. Para essas representações, esses atributos e valores seriam predominantemente, ou exclusivamente, masculinos.

Nesse sentido, Wacquant (2002) destaca que os homens são estimulados a praticar lutas, apresentando suas “marcas de guerra” (hematomas e cicatrizes) como sinais de honra e bravura. A compreensão de que as pessoas do gênero feminino não possuíam tais atributos propiciou a consolidação da ideia de fragilidade feminina, reforçando ideais e expressões misóginas, o que implicou na separação das práticas corporais, entendendo-se que existem práticas masculinas e femininas (MARIANTE NETO; WENETZ, 2022).

Um fato que comprovou e ampliou a dicotomia no acesso e permanência das práticas corporais foi a criação do decreto-lei de número 3199/41, que proibia a participação de mulheres em atividades corporais consideradas violentas, incluídas as lutas de quaisquer naturezas (MOURÃO, 2000). Decreto que permaneceu até 1979, e retardou a organização e oficialização da prática pelas mulheres.

Ao inserirem-se em um campo considerado masculino, as mulheres geram tensões que podem acarretar o desenvolvimento de imperativos sociais, desencadeando a ideia de que as transformações corporais não hegemônicas se configuram como algo ininteligível, anormal e desequilibrado. Desse modo, a participação feminina em práticas corporais consideradas masculinas é “justificada” desde que as mulheres “não deixem de lado a beleza e a graciosidade, atributos associados a uma suposta ‘essência feminina’” (FERNANDES *et al.* 2015, p. 369). A partir da ideia hegemônica do “ser mulher”, estabelecida socialmente durante as relações de poder, a inserção das mulheres nas práticas corporais apresenta inclinações que podem potencializar ideais de feminilidade normativa.

Wacquant (2002) evidencia que a inserção das mulheres no campo das práticas corporais se dá a partir de “práticas femininas”, como a ginástica e a dança. Dificilmente as mulheres se inscreviam para aulas de lutas e, quando isso acontecia, havia uma hostilização das mulheres por parte dos homens, acreditando-se que as mulheres estavam ali apenas por questões estéticas, e não para “lutar de verdade”. Fernandes *et al.* (2015) salientam que existe

uma inclinação social para que a inserção das mulheres nas práticas corporais possa estar ligada a processos que consolidem a feminilidade normativa.

Todavia, esses comportamentos e percepções machistas têm passado por questionamentos e, ao longo do tempo, “novas” percepções sobre a construção de gênero no campo das lutas vêm se estabelecendo como um elemento catalisador na luta contra os estigmas que, até então, estavam cristalizados. Nos últimos anos, essas percepções têm contribuído para que mulheres lutadoras, de diferentes modalidades, tenham disposições mais empoderadas para se reconhecer e se estabelecer no universo das artes marciais. A admissão do boxe feminino nos jogos olímpicos de Londres, em 2012, e a inclusão de categorias femininas no *Ultimate Fighting Championship* (UFC), em 2013, são indicativos da influência dessas novas configurações de gênero (FERNANDES *et al.* 2015; MILLEN NETO; GARCIA; VOTRE, 2016).

Nesse íterim, destacamos que embora alguns avanços sejam perceptíveis, os problemas de gênero não deixaram de existir, uma vez que existe uma “estratégia de controle, focalizadas na aparência de seu corpo, na estabilização de seu gênero e na vigilância de sua sexualidade” (GOELLNER, 2021, p. 106), pautada em discursos e representações machistas que foram cristalizadas como justificativa para os “desequilíbrios sociais” entre os gêneros.

Com reforço, Correia, Melo e Soares (2020) apresentam que diferenças salariais, baixo número de postos de trabalho e menor incidência de patrocínios são aspectos que reforçam os problemas de gênero no esporte. Passero *et al.* (2020) também destacam que a participação de mulheres nos cargos de comissão técnica e de arbitragem no Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino aumentou vagarosamente nos últimos anos, mas que a situação permanece desigual. Desse modo, podemos perceber que as questões de gênero no campo esportivo são transversais, pois envolvem discussões relacionadas à prática esportiva, à atuação profissional e à apropriação para o lazer, a partir do imbricamento entre esporte e sociedade.

Dessa forma, este artigo pretende contribuir para as discussões de algumas problemáticas: quais são as discussões dentro da produção acadêmica brasileira sobre a participação das mulheres nas artes marciais? Quais representações de gênero estão sendo construídas a partir da inserção das mulheres nas artes marciais? A partir destes

questionamentos, o objetivo deste estudo é analisar a produção acadêmica brasileira sobre a participação das mulheres na prática das artes marciais.

2. Percorso Metodológico

Utilizamos a revisão sistemática de literatura como método de pesquisa. Acreditamos que esse método possibilita a síntese de elementos relacionados a determinados fenômenos, possibilitando a integração de informações coincidentes ou discordantes. Esse método fomenta debates e reflexões a fim de que o fenômeno possa ser compreendido e que suas lacunas possam ser evidenciadas, propiciando novas possibilidades de intervenções a fim de compreender um fenômeno específico (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Para coleta de dados, utilizamos as bases de dados SciELO, Lilacs e Portal de Periódicos da Capes, mediante os descritores: Gênero AND “Artes Marciais” e Mulheres AND “Artes Marciais”. A utilização destas bases de dados se justifica pela sua capacidade de congregar um número significativo de obras nacionais e internacionais, ampliando a incidência de trabalhos a serem encontrados. Ao realizar a busca no Portal de Periódicos da Capes, utilizamos um filtro: (i) artigos publicados em periódicos revisados por pares. Justificamos a utilização desse filtro pela sua capacidade de encontrar artigos com rigor avaliativo. As buscas aconteceram no mês de dezembro de 2022 e não foram definidos quaisquer recortes temporais.

A partir da inserção dos descritores nas bases de dados, foram encontrados um total de 272 artigos. O primeiro processo de triagem considerou o título e resumo dos artigos, que deviam apresentar aspectos relacionados ao objeto de pesquisa. Dessa forma, foram incluídos, inicialmente, 57 artigos. O segundo processo considerou a duplicidade dos textos, em que foram excluídos 34 artigos, restando 23. O terceiro processo considerou a leitura integral dos textos e a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão, em decorrência foram excluídos oito artigos. Dessa forma, 15 textos atenderam aos critérios de inclusão e de exclusão e foram incluídos neste estudo.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: (i) artigos apresentassem em seu título termos que estivessem associados ao objeto desta pesquisa; (ii) artigos originais e de revisão; (iii) artigos que tivessem como objeto o estudo de gênero/mulheres nas artes marciais; (iv) artigos em língua portuguesa ou inglesa. Foram critérios de exclusão: (i) teses,

dissertações, resenhas, ensaios e trabalhos de conclusão de curso, (ii) estudos que não apresentavam objetivos e discussões relacionadas a prática das mulheres nas artes marciais.

Após a leitura dos textos na íntegra, foi criada uma tabela analítica para que os textos pudessem ser analisados. Destacamos que para a construção das categorias, foram consideradas a recorrência de ideias, levando em consideração os objetivos e os resultados dos textos selecionados. Dessa forma, as categorias foram construídas *a posteriori*, a partir de uma compreensão indutiva dos dados, ou seja, as categorias de análise não foram impostas previamente à sua recuperação e análise, mas emergiram dos próprios dados.

Os dados encontrados foram analisados a partir da análise temática, que se consolida a partir de seis etapas: (a) familiarização dos dados, (b) geração de códigos iniciais, (c) busca por temas, (d) revisão dos temas, (e) definição e denominação dos temas e (f) produção do relatório final. A utilização desse tipo de análise se configura pela sua capacidade de interpretar temas em conjuntos textuais (BRAUN; CLARKE, 2006).

3. Resultados e Discussão

Este estudo foi constituído por um total de 15 publicações, sendo dois artigos de revisão, três estudos etnográficos, dois estudos com grupo focal, cinco artigos que utilizaram-se de entrevistas, um artigo empregou o questionário como recurso, um utilizou a história oral e um estudo envolveu análise de imagens. O quadro 1 apresenta dados relacionados aos estudos incluídos.

Quadro 1 - Aspectos relacionados aos estudos encontrados

Autor/Ano	Método Utilizado	Sujeitos da Pesquisa	Arte Marcial Investigada
Ferreti e Knijnik, (2007).	Entrevista semiestruturada	Estudantes universitárias	Artes marciais.
Gomes, Morato e Almeida, (2011).	Entrevista semiestruturada	Atletas do sexo feminino da seleção Paralímpica de Judô.	Judô.
Souza <i>et al.</i> (2015).	História oral	Ex-treinadora da seleção brasileira de Judô	Judô.
Fernandes <i>et al.</i> (2015).	Entrevistas semiestruturadas	Atletas do sexo feminino, profissionais em Boxe e MMA.	Boxe e MMA.
Pimentel e Goellner, (2017).	Entrevistas semiestruturadas	Ex-atleta de Judô feminino.	Judô.
Só, Martins e Betti, (2018)	Observação participante e entrevistas semiestruturadas.	Alunos e alunas da educação básica.	Ensino do Judô na Educação Física escolar.

Silva; Jaeger e Silva, (2020).	Revisão sistemática.	Bases de dados <i>online</i> .	Artes marciais.
Oliveira, Macêdo e Millen Neto, (2020).	Grupo focal	Estudantes universitários dos sexos masculino e feminino	MMA.
Souza e Franco, (2021)	Revisão de literatura.	Bases de dados <i>online</i> .	Artes marciais.
Oliveira, Macêdo e Millen Neto, (2021).	Análise documental (imagens).	Lutadoras profissionais.	MMA.
Silva, Jaeger e Silva, (2021).	Grupo focal	Estudantes universitários dos sexos masculino e feminino.	MMA.
Mariano <i>et al.</i> (2021).	Questionário	Alunos e alunas da educação básica.	Ensino das lutas na Educação Física escolar.
Turelli e Vaz, (2021)	Estudo etnográfico e entrevistas.	Homens praticantes de Karatê.	Karatê.
Mariante Neto e Wenez, (2022).	Estudo etnográfico e entrevistas.	Homens e mulheres praticantes de Boxe	Boxe.
Araújo, Souza e Marani, (2022).	Estudo autoetnográfico.	Mulher capoeirista.	Capoeira.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Podemos perceber que os(as) autores(as) utilizaram diversos métodos para coletar dados relacionados às questões de gênero e artes marciais. Essa diversificação de métodos se configura como um aspecto a se destacar, uma vez que a utilização de diferentes recursos metodológicos pode possibilitar análises mais amplas sobre o fenômeno investigado, dando margem para a ampliação de reflexões relacionadas a esse campo de investigação. Levando em consideração que as lutas possuem um contexto cultural complexo, a diversificação metodológica encontrada nesses estudos pode ajudar na compreensão dos aspectos que envolvem a participação das mulheres nas lutas.

Outro ponto que destacamos é a pluralidade dos sujeitos que participaram dos estudos encontrados. Quando os autores apresentam como participantes da pesquisa: homens, mulheres, estudantes e atletas de diversas nacionalidades, amplia-se a possibilidade de problematizar os resultados, uma vez que esses sujeitos possuem percepções culturais distintas sobre a prática das artes marciais pelas mulheres.

Esse fato pode desencadear tensões nesse campo de estudo, uma vez que a percepção dos homens pode estar alinhada com a objetificação corporal, como destacam Oliveira, Macêdo e Millen Neto (2020). Todavia, a percepção das mulheres pode levantar problematizações relacionadas ao comportamento masculino, voltado aos aspectos de

virilidade e resistência da dor (TURELLI; VAZ, 2021). Desse modo, essa pluralidade de percepções amplia as possibilidades de discussão.

No que concerne à arte marcial investigada nos estudos, destacamos que o Judô e o MMA se apresentam como as práticas mais investigadas (quatro), o Boxe aparece em segundo lugar (dois), Capoeira, Karatê e lutas na educação física escolar aparecem em terceiro lugar (um estudo de cada) e três estudos não especificaram a modalidade, desta forma utilizamos o termo “arte marcial” (três).

A disparidade encontrada sobre as artes marciais investigadas, pode estar ligada ao fato de que a midiáticação esportiva influencia a adesão dos adeptos a determinadas práticas corporais em detrimento de outras. As práticas mais investigadas foram MMA, Judô e Boxe, atividades que possuem um processo de midiáticação mais recorrente, em especial o MMA, que em dado momento, passou a ser transmitido em TV aberta para todo o Brasil, disseminando-se enquanto manifestação eminentemente midiática. O Boxe e o Judô são práticas olímpicas que possuem competições a nível mundial, recebendo representações midiáticas.

Por outro lado, embora o Karatê tenha entrado nos Jogos Olímpicos de Tókyo 2020 como esporte-demonstração, essa prática ainda não se consolidou enquanto atividade midiaticada. Indo ao encontro da discussão proposta, encontramos um estudo relacionado à Capoeira. Essa prática aparenta não possuir potencial midiático, uma vez que, atualmente, suas discussões internas estão mais fortemente relacionadas ao seu processo de esportivização (AREIAS, 1984). Dessa forma, não possui os requisitos necessários para sua expansão midiática, como a falação esportiva, monocultura esportiva, subvalorização da forma em relação ao conteúdo e prevalência de aspectos financeiros (BETTI, 2001).

Notamos a ausência de estudos que abarquem lutas de cunho regional, como a Huka-Huka e Luta Marajoara, que estão ganhando evidência no cenário nacional, considerando-se importantes manifestações da cultura brasileira, além de demais práticas de lutas como o Kung-fu, Muay Thai e Jiu-Jitsu. Embora possamos perceber essa lacuna de estudos voltados para as demais lutas, destacamos que o cenário demarcado possui avanços nas discussões sobre gênero e artes marciais.

3.1 A participação das Mulheres nas artes marciais

Esta categoria é composta por sete artigos (GOMES; MORATO; ALMEIDA, 2011; PIMENTEL; GOELLNER, 2017; SILVA; JAEGER; SILVA, 2020; SOUZA; FRANCO, 2021; TURELLI; VAZ, 2021; MARIANTE NETO; WENETZ, 2022; ARAÚJO; SOUZA; MARANI, 2022). Os artigos encontrados apresentam consensos sobre a ideia de masculinização das artes marciais, denotando que esse universo é compreendido como um campo que exige força e virilidade (atributos supostamente masculinos), que, no caso, seria “inapropriado” para as mulheres, consideradas um “sexo frágil”. Todavia, sua presença no campo das artes marciais gera tensões que podem desencadear novas construções sociais sobre a inserção da mulher nas artes marciais.

Souza e Franco (2021) realizaram um estudo que teve como objetivo compreender as barreiras sociais enfrentadas pelas mulheres praticantes de lutas. Os resultados apresentam que existem alguns aspectos que se configuram como barreiras sociais que dificultam a participação das mulheres no campo das artes marciais, como (i) a distinção de gênero; (ii) cultura de feminilidade; (iii) as mídias; (iv) exploração e erotização da mulher e (v) exclusão social da mulher. Percebe-se que essas problemáticas são construções culturais que foram cristalizadas na sociedade, envolvendo diversos contextos sociais.

A partir de um estudo etnográfico em uma academia de Boxe, Mariante Neto e Wenez (2022) também evidenciam que as mulheres encontram dificuldades para inserirem-se na prática do Boxe. A ideia de masculinização das artes marciais se configura como uma barreira social imposta às mulheres, que se materializa a partir de discursos e atitudes machistas e misóginos, desencadeando desconfortos às mulheres em relação à prática do Boxe.

Corroborando com o exposto, Silva, Jaeger e Silva (2020), ao apresentarem o estado da arte da presença das mulheres atletas no MMA, evidenciam que essa prática está interligada a um universo masculinizado, apresentando concepções que apenas os “corpos fortes” são capazes de realizar esta prática de maneira efetiva, ideia que reforça o machismo presente neste campo.

Araújo, Souza e Marani (2022) problematizaram questões sobre corpo, gênero e Capoeira a partir de um estudo autoetnográfico na região do Vale do Araguaia/MT. Os resultados evidenciam que devido ao forte preconceito sofrido pelas mulheres na prática da Capoeira, foi iniciado um movimento das mulheres capoeiristas, tendo-se criado, a exemplo, o X Encontro Feminino de Capoeira no estado do Rio de Janeiro. Esse evento acolhia as

mulheres, que muitas precisavam levar seus filhos, ampliando as dificuldades de sua inserção na prática da Capoeira.

Percebemos que as mulheres tiveram que se mobilizar para que pudessem participar efetivamente das práticas corporais, uma vez que além de realizarem as atividades motoras, era-lhes atribuídas certas responsabilidades, como cuidar dos filhos, dar suporte ao cônjuge, cuidar das atividades domésticas e manter determinados comportamentos, que a partir de um olhar machista e misógino, configura-se como o “papel da mulher”. A partir desse quadro, percebe-se que as mulheres não se apropriavam plenamente das práticas corporais, uma vez que a lhes é imposto atribuições que se inclinam a feminilidade normativa.

Pimentel e Goellner (2017) apresentaram um estudo que objetivou analisar a inserção das mulheres no Judô gaúcho na década de 1960 a partir das narrativas apresentadas pela atleta Léa Linhares. Os resultados constataram que a participação feminina no Judô gaúcho aconteceu a partir da década de 1950. Todavia, a atleta obteve insucesso em relação a participação das mulheres em competições, além de que sua faixa preta não foi reconhecida pela federação gaúcha de Judô. Esse resultado reforça que embora houvesse uma luta inicial para a inserção das mulheres nas competições de Judô, essa inserção não se configurou de maneira efetiva. Nem mesmo a faixa preta da atleta Léa Linhares foi reconhecida, fato que robustece os preconceitos de gênero nas artes marciais.

Turelli e Vaz (2021) realizaram um estudo etnográfico de três meses, acompanhando 13 aulas de Karatê em um Dojô de Florianópolis/SC, além de três entrevistas narrativas com os membros do Dojô. Inicialmente a pesquisadora começou as atividades como praticante ativa da arte marcial, em seguida se apresentou como pesquisadora. Os resultados apresentam que enquanto a pesquisadora se apresentava como lutadora, faixa preta de Karatê, possuía determinado “respeito” entre os praticantes de Karatê da academia (todos homens). Todavia, ao trocar de papel, se apresentando como pesquisadora, os homens modificaram drasticamente seu comportamento, passando a agir de maneira hostil e com comportamentos grosseiros.

A partir do exposto, percebemos que o campo das artes marciais possui uma demarcação social que considera essa atividade voltada aos corpos-para-masculinos, em que os homens utilizaram essa prática corporal para reforçarem sua masculinidade, como a demonstração de comportamentos que estão interligados à força, à virilidade, ao aceite e ao

controle da dor, apresentando movimentos bruscos de ataque e defesa como aspectos naturais para esse controle.

Todavia, Silva, Jaeger e Silva (2020), evidenciam que participação das mulheres no MMA pode romper a ideia de masculinização hegemônica desta prática, ressignificando as percepções sobre a corporeidade feminina. Araújo, Souza e Marani (2022) apontam para a necessidade de se desconstruir representações estereotipadas sobre o corpo da mulher nas artes marciais, ideias que foram se cristalizando nesse campo, favorecendo o afastamento das mulheres dessas práticas corporais.

Embora a inserção das mulheres nas artes marciais tensione esse campo, devido à ideia de feminilidade implantada culturalmente, esse processo contribui para uma reconfiguração das percepções sobre a prática das mulheres. Silva, Jaeger e Silva (2020) destacam que existem relações de poder dentro das artes marciais, em que os corpos das atletas submetem-se a recursos de controle sob diferentes mecanismos e discursos.

Nesse sentido, Mariante Neto e Wenez (2022) também consideram que a participação das mulheres nas artes marciais, especificamente no Boxe, desencadeia tensões, como o rompimento da ideia de feminilidade normatizada, uma vez que as relações sociais estabelecidas durante esta prática não possuem linearidade e são repletas de conceitos e padrões que acarretam no afastamento da mulher do ambiente do Boxe. Dessa forma, a participação das mulheres muitas vezes é condicionada à realização de determinados acordos, como a adoção de uma postura mais agressiva, uma vez que o ambiente da prática do boxe adota essa postura.

Se por um lado, temos uma série de barreiras sociais que tonificam a exclusão das mulheres do campo das artes marciais, Gomes, Morato e Almeida (2011) apresentam que as questões que envolvem gênero não incomodam atletas paraolímpicas de Judô. No que concerne aos aspectos que envolvem a deficiência das atletas, mostrou-se certo desconforto e sensação de preconceito. Todavia, o fato de as atletas representarem o país em competições que envolvem o alto rendimento acarreta o desenvolvimento da autonomia das atletas, invertendo a percepção preconceituosa por uma visão de atletas com potencialidades.

Desse modo, as atletas paralímpicas não relatam problemáticas com relação às suas participações nas artes marciais, entendendo-as como um fator que pode potencializar sua

autoestima em relação às possíveis limitações físicas ou psicológicas que lhes foram impostas por aspectos ambientais ou biológicos.

Percebemos que o campo das artes marciais, apesar de se constituir culturalmente como um universo masculinizado, apresenta avanços no que concerne a inserção das mulheres nas lutas. A partir da insistência e da organização de movimentos sociais pela igualdade de gênero, é possível perceber que o espaço das mulheres nas atividades que envolvem a prática das artes marciais está se alargando. Desse modo, as problematizações e reflexões críticas sobre esse processo se configuram como ações balizadoras para que o campo das artes marciais apresente novas configurações sociais pautadas na inclusão e na superação de estereótipos.

3.2 Autoapresentação das mulheres nas artes marciais

Esta categoria é composta por seis artigos (FERRETI; KNIJNIK, 2007; SOUZA *et al.* 2015; FERNANDES *et al.* 2015; OLIVEIRA; MACEDO; MILLEN NETO, 2020; OLIVEIRA; MACEDO; MILLEN NETO, 2021; SILVA; JAEGER; SILVA, 2021). Os artigos encontrados apresentam discussões relacionadas à construção da feminilidade da mulher no campo das lutas, apresentando uma pluralidade identitária em que muitas vezes, as mulheres rompem com a ideia de feminilidade normatizada e constroem posturas viris, desencadeadas pelas “negociações sociais” no campo das artes marciais.

Ao realizarem um estudo que objetivou discutir as representações sociais da mulher que pratica atividades de luta corporal, Ferreti e Knijnik (2007) apresentam que as participantes do estudo apontam para a existência de preconceitos sobre a vivência das mulheres no contexto das artes marciais, além de ausência midiática para as lutas femininas. Oliveira, Macedo e Millen Neto (2020) também indicam a presença de estereótipos relacionados a participação das mulheres em esportes que apresentam os ideais de masculinidade normativa. O olhar dos homens participantes da pesquisa foi considerado tendencioso, coadunando com pressupostos voltados a objetivação corporal das lutadoras.

Souza *et al.* (2015) realizaram uma entrevista semiestruturada com a ex-técnica da seleção brasileira de judô, Rosiclea Campos. Os resultados apontam que a treinadora teve dificuldades para se firmar na profissão. Uma delas estava ligada ao grande número de homens na comissão técnica da seleção brasileira, pois a treinadora precisava da aceitação e colaboração das comissões, uma vez que o campo das artes marciais é um ambiente

masculinizado. Esse fato desencadeou a constante reconstrução de sua identidade profissional e pessoal, além da falta de estrutura e de recursos financeiros para Judô feminino brasileiro, especialmente até o ano de 2006.

Destacamos que as problemáticas relacionadas às percepções sociais sobre a mulher no campo das artes marciais não estão conectadas apenas com a mulher atleta, mas imbricada ao “ser mulher” nesse universo para-masculino. Isso é perceptível a partir dos achados de Souza *et al.* (2015), em que seus resultados apresentam dificuldades para que a ex-treinadora realizasse seu trabalho.

A participação das mulheres nas artes marciais pode contribuir para um processo de ressignificação das representações sociais de gênero neste campo de investigação, desencadeando processos que envolvem reflexões sobre as discussões de gênero, criando aspectos simbólicos que poderão desencadear novas configurações sobre a corporalidade das mulheres no campo das artes marciais.

O desenvolvimento dessa “nova” percepção gera ambiguidades no que concerne às percepções sobre os corpos femininos, como destacam Fernandes *et al.* (2015). A partir da realização de entrevistas semiestruturadas com duas atletas de Boxe e uma de MMA, destaca-se que os corpos femininos são espetacularizados, sendo potencializados pelas tecnologias de preparação física, exibindo performatividades que são marcadas pela virilidade, força, coragem e raiva, ideais estabelecidos pela masculinidade normativa. Todavia, ao saírem do campo das lutas – e por vezes, dentro – parecem ressaltar aspectos relacionados à feminilidade normalizada, em especial quando aparecem em entrevistas e eventos trajando vestuário considerado “adequado” às mulheres e apresentando uma gestualidade delicada. Nesse contexto, percebemos que as mulheres estão imbricadas em um processo que envolve uma pluralidade identitária.

Silva, Jaeger e Silva (2021) destacam que existe uma multiplicidade de processos envolvidos na prática do MMA, em que algumas mulheres estão conectadas a uma feminilidade normatizada, enquanto outras romperam esse pressuposto. Esse aspecto está ancorado ao fato de o campo das artes marciais serem um universo-para-masculino. Desse modo, as ações das mulheres muitas vezes estão submissas aos comportamentos masculinizados. As relações de poder estabelecidas fazem com que os comportamentos femininos se adequem ao contexto em que as mulheres estão inseridas.

Destarte, percebemos o desencadeamento de novas perspectivas do “ser mulher”. Se por um lado temos as relações de poder que influenciam as percepções e os comportamentos femininos, de outro, temos a cristalização de um “padrão de mulher”. Essa relação desencadeia tensões no campo das artes marciais. Isso fica exposto a partir do estudo de Oliveira, Macedo e Millen Neto (2021), que objetivou analisar a autoapresentação corporal de lutadoras de MMA no Instagram. Os resultados apontam que, embora todas as lutadoras analisadas tivessem vínculo contratual com a organização UFC, não foi observado padronização nas imagens postadas. Desse modo, as lutadoras resistiram e subverteram os discursos e percepções que são normalizadas pelos veículos midiáticos. Considera-se, assim, que o comportamento apresentado pode estar conectado a mudanças culturais, como resultado de movimentos sociais dentro e fora do âmbito esportivo.

Considerando a masculinidade normativa, que delineia um “padrão feminino”, a concepção de pluralidade identitária pode causar estranhamento nas pessoas que apresentam essa visão machista, uma vez que os ideais representativos da mulher estão cristalizados a partir de uma visão sexista. Oliveira, Macêdo e Millen Neto (2020) destacam que a autoapresentação das lutadoras negocia, de certo modo, com a discordância de uma feminilidade normalizada no espaço masculino do UFC, levando em consideração as relações poder, privilégios e hierarquias estabelecidas nesse campo. Desse modo, as participantes desse estudo demonstraram sensibilidade às diversas formas de vivenciar “o ser mulher”, apresentando mais consciência sobre o processo histórico de luta das mulheres por igualdade de direitos.

Levando em consideração a percepção misógina e machista sobre a participação das mulheres no campo das práticas de lutas, quando um corpo feminino extrapola a ideia da feminilidade normatizada, muitas vezes é compreendido como excêntrico ou fora da normalidade. Todavia, a vivência feminina no campo das artes marciais desencadeia o desenvolvimento de uma identidade plural em consonância com a perspectiva cultural dos sujeitos. Dessa forma, as mulheres são femininas à sua maneira, dentro do contexto social em que estão inseridas. A construção desta percepção contribui para que os estigmas sobre a participação das mulheres no universo das lutas, artes marciais e esportes de combate possam ser reverberados a partir de discussões e problematizações sobre esse fenômeno.

3.3 Concepções sobre a participação das alunas durante a tematização das lutas nas aulas de Educação Física

Esta categoria é composta por dois artigos (SO; MARTINS; BETTI, 2018; MARIANO *et al.* 2021). Os artigos encontrados apresentam problematizações ancoradas a participação feminina em aulas de Educação Física, em que o conteúdo lutas está sendo tematizado. Os autores apresentam que as meninas têm uma participação menos efetiva que a dos meninos devido aos processos culturais estabelecidos, em que as crianças já possuem uma percepção voltada a ideia de “fragilidade feminina”, entendendo a prática das lutas como uma atividade que requer pressupostos de agressividade.

So, Martins e Betti (2018) realizaram um estudo que objetivou analisar as relações de sentido e a mobilização das meninas com os saberes das lutas. Foram realizadas observações de cinco aulas de Educação Física, tendo como base o conteúdo Judô, em uma turma do 7º ano do Ensino Fundamental e entrevistas semiestruturadas com a professora da turma e com 17 alunos da turma.

Apresenta-se como resultados o menor interesse das meninas em participar das aulas em comparação com a incidência de participação dos meninos. Os aspectos que impactam negativamente a mobilização feminina para as aulas de Educação Física se configuram como (i) masculinização e o machismo cristalizados durante a construção social das lutas, (ii) medo de se machucarem. (iii) vergonha da exposição e medo de errar os movimentos. Conclui-se que no contexto escolar, o professor deve problematizar as questões relacionadas a gênero e lutas. A partir dessas relações estabelecidas socialmente, compreendidas de maneira reflexiva e crítica, pode-se transformar os estereótipos estabelecidos socialmente, transformando a exclusão e autoexclusão em participação efetiva a partir da mediação docente.

Mariano *et al.* (2021) realizaram um estudo que teve como objetivo apontar a aceção dos alunos sobre a participação feminina nas aulas de lutas na Educação Física. Para isso, foi aplicado um questionário a 150 estudantes de ensino médio de uma escola pública do estado do Maranhão. Os professores realizaram seis aulas de intervenção, ministrando aulas de lutas e jogos de oposição. O questionário foi aplicado antes e depois da efetivação das aulas.

Os resultados evidenciam que antes da aplicação das aulas, 120 alunos consideravam que as mulheres não poderiam participar das aulas de lutas e apenas 30 acreditavam que elas

poderiam participar das aulas. Dentre as possíveis motivações para a não participação das meninas, os alunos destacaram que elas poderiam se machucar, que elas não tinham habilidade e que elas não tinham direitos iguais. Após a intervenção dos professores, os 150 alunos apresentaram ideia favorável a participação das meninas nas aulas que envolviam o conteúdo lutas. Os autores concluem que a problematização das questões de gênero pode se apresentar como uma ferramenta que pode ampliar a percepção dos alunos sobre a participação das mulheres nas aulas de Educação Física.

Percebemos que os conceitos de feminilidade e de masculinidade normativa também estão presentes no contexto escolar, uma vez que a escola, muitas vezes, é permeada por aspectos econômicos, políticos e sociais que estão interligados ao contexto cultural dos grupos sociais. Esses aspectos impactam negativamente a inserção das crianças do gênero feminino no âmbito das práticas corporais, especificamente as lutas, criando barreiras que desestimulam sua participação nas aulas de Educação Física.

So, Martins e Betti (2018) e Mariano *et al.* (2021) evidenciam que as questões relacionadas a gênero e lutas devem ser problematizadas pelos professores, ampliando as percepções discentes sobre o fenômeno em questão. Esse aspecto é perceptível quando Mariano *et al.* (2021) destaca que ao efetivarem e problematizarem aspectos relacionados a esse fenômeno, os alunos e alunas tiveram maior aceitação da participação das mulheres no desenvolvimento dos conteúdos de luta nas aulas de Educação Física.

Salientamos que a escola é um campo social que possui potencial para romper os paradigmas cristalizados pela sociedade, como a exclusão e autoexclusão das mulheres das práticas que envolvem as lutas. Para isso, os conteúdos devem ser problematizados de maneira profunda, ampliando a densidade de discussões sobre os fenômenos sociais. Esse aspecto pode potencializar o rompimento dos estereótipos estabelecidos socialmente, universalizando a prática feminina nas atividades de combate no contexto escolar.

4. Considerações Finais

O presente estudo objetivou analisar a produção acadêmica sobre a participação das mulheres na prática das artes marciais. Notamos que as produções brasileiras sobre o fenômeno em questão iniciaram-se em 2007. Todavia, percebemos maior incidência de produções a partir do ano de 2020. Também destacamos que as lutas investigadas foram MMA e Boxe, Judô, Karatê, Capoeira e lutas na Educação Física escolar, havendo inexistência

de dados relacionados às lutas brasileiras como Huka-Huka, Luta Marajoara e demais práticas corporais que foram estruturadas socialmente, como Kung-Fu, Muay Thai e Jiu-Jitsu.

Destacamos que a prática das artes marciais está envolta por um ideário de virilidade, força e agressividade, elementos que consolidam esse campo como um universo para-masculino. Em outras palavras, há uma noção, evidentemente equivocada, de que o campo das artes marciais é um espaço de masculinidades. Essas representações contribuem para uma reserva de gênero, dificultando a participação das mulheres no contexto das artes marciais. Quando conseguem se inserir no contexto das artes marciais, as mulheres sofrem estigmas relacionados ao desencadeamento das relações de poder, estabelecidas por uma “hierarquia social”, desse ambiente masculinizado. Dessa forma, as mulheres precisam realizar negociações sociais a fim de estabelecerem-se no ambiente.

Concluimos que, a partir da participação da mulher no campo das artes marciais, criam-se novas configurações sobre a ideia do “ser mulher” lutadora, rompendo com a ideia de feminilidade normativa a partir de uma construção identitária feminina voltada para aspectos que envolvem força, determinação e coragem. Esse aspecto corrobora para a subversão do estigma do “sexo frágil”, que é vinculado à construção social hegemônica sobre feminilidade. Cria-se, assim, uma pluralidade identitária da mulher, ampliando-se as percepções e possibilidades do “ser mulher”.

A partir da construção de problematizações sobre gênero e artes marciais, pode-se gerar uma visão ampliada sobre participação das mulheres nas artes marciais, rompendo dicotomias estabelecidas culturalmente. Salientamos que a inserção das mulheres no campo das artes marciais gera tensões e questionamentos, fator que pode contribuir para desestabilizar a ideia de “padrão feminino”.

O campo da Educação Física tem buscado ampliar as discussões entre gênero e artes marciais, corroborando para a ampliação do entendimento desse fenômeno. Todavia, precisamos realizar pesquisas que apresentem subsídios para elevar as problematizações relacionadas com a participação das mulheres nas artes marciais, como análises que considerem a apropriação crítica dos fenômenos sociais em contextos específicos, potencializando a compreensão de aspectos relacionados participação das mulheres nas artes marciais.

Referências

ADELMAN, M. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-29, dez. 2007.

ARAÚJO, Pâmela Figueiredo Barbosa; SOUZA, Mauro José; MARANI, Vitor Hugo. Corpo, Gênero e Capoeira: Experiências Autoetnográficas a partir dos Estudos Culturais Físicos. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 25, n. 1, p. 343-368, 2022.

AREIAS, Almir. **O que é capoeira?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BETTI, Mauro. Esporte na mídia ou esporte da mídia? **Motrivivência**, n. 17, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 15 jan. 2023

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAUN, Virgínia; CLARKE, Vitória. Utilizando análise temática na psicologia. **Pesquisa qualitativa em psicologia**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CORREIA, Carlus Augustus J. Jourand; MELO, Leonardo Bernardes Silva; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Mercado esportivo e escolarização de mulheres atletas. **Novos Olhares Sociais**, v. 3, n. 1, p. 199-217, 2020.

DUNNING, Eric. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e suas transformações. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (Orgs). **A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional.** Lisboa: Edições 70, 2019.

ELIAS, N.; DUNNING, E. (Orgs.) **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

FERNANDES, Vera *et al.* Mulheres em combate: representações de feminilidades em lutadoras de Boxe e MMA. **Revista da educação física/UEM**, v. 26, p. 367-376, 2015.

FERRETTI, Marco Antônio de Carvalho; KNIJNIK, Jorge Dorfman. Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. **Movimento**, v. 13, n. 1, p. 57-80, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpos, gêneros e sexualidades: em defesa do direito das mulheres ao esporte. **Revista do centro de pesquisa e formação**, n. 13, p. 99-112, 2021.

GOMES, Mariana Simões Pimentel; MORATO, Marcio Pereira; ALMEIDA, José Júlio Gavião. Judô paraolímpico: comparações e reflexões sobre as realidades de diferentes seleções femininas. **Conexões**, v. 9, n. 2, p. 85-109, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MARIANO, Eder Rodrigo et al. Elas podem se machucar: As Lutas no combate ao preconceito de gênero na Educação Física Escolar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, p. e4410312946-e4410312946, 2021.

MARIANTE NETO, Flavio Py; WENETZ, Ileana. Mulheres no boxe: Negociações de masculinidade (s) e feminilidade (s) na academia. **Movimento**, v. 28, p. e28004, 2022.

MILLEN NETO, Álvaro Rego; GARCIA, Roberto Alves; VOTRE, Sebastião Josué. Artes marciais mistas: luta por afirmação e mercado da luta. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, p. 407-413, 2016.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, v. 6, n. 13, p. 5-18, 2000.

OLIVEIRA, João Paulo Silva de; MACÊDO, Christiane Garcia; MILLEN NETO, Álvaro Rego. Autoapresentação corporal de lutadoras de artes marciais mistas (MMA) no instagram. **Movimento**, v. 27, p. e27019, 2021.

OLIVEIRA, João Paulo Silva de; MACÊDO, Christiane Garcia; MILLEN NETO, Álvaro Rego. artes marciais mistas e a apresentação corporal de lutadoras no Instagram. **Journal of Physical Education**, v. 31, p. e3180, 2020.

PASSERO, Julia Gravena et al. Futebol de mulheres liderado por homens: uma análise longitudinal dos cargos de comissão técnica e arbitragem. **Movimento**, v. 26, p. e26060, 2020.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis; GOELLNER, Silvana Vilodre. Léa Linhares e o judô no Rio Grande do Sul na década de 1960. **Motrivivência**, v. 29, n. 50, p. 123-139, 2017.

SILVA, Grasiela Oliveira Santana; JAEGER, Angelita Alice; SILVA, Paula. Discursos de estudantes de licenciatura em desporto acerca das mulheres atletas de artes marciais mistas. **Movimento**, v. 27, p. 27037, 2021.

SILVA, Grasiela Oliveira Santana; JAEGER, Angelita Alice, SILVA, Maria Paula Monteiro Pinheiro. Mulheres atletas e artes marciais mistas: uma revisão sistemática qualitativa. **Revista Pensar a Prática**, v. 1980, p. 6183, 2020.

SO, Marcos Roberto; MARTINS, Mariana Zuaneti; BETTI, Mauro. As relações das meninas com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física. **Motrivivência**, v. 30, n. 56, p. 29-48, 2018.

SOUZA, Juliana; FRANCO, Laércio Claro Pereira. As resistências culturais enfrentadas pela mulher no âmbito das modalidades de lutas. **Motrivivência**, v. 33, n. 64, p. 1-22, 2021.

SOUZA, Gabriela Conceição et al. Rosiclea Campos no judô feminino brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 409-429, 2015.

Reflexões sobre a participação das mulheres no campo das artes marciais e as representações de gênero incutidas nesse processo

TURELLI, Fabiana Cristina; VAZ, Alexandre Fernandez. Lutadora, pesquisadora: lugares, deslocamentos e desafios em uma prática investigativa. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 895-910, 2011.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Sobre os autores

George Almeida Lima

Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Professor da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). É membro do Grupo de Estudos em Educação e Práticas Corporais (GEEPRACOR/UNIVASF), membro do Grupo de estudos e pesquisas em Educação Física escolar (GEPEFE\UECE) e membro do grupo de estudos em sociologia do esporte (GESOE/ULBRA). Realiza pesquisas sobre os aspectos socioculturais da Educação Física, Sociologia do Esporte e Educação Física escolar. E-mail: george_almeida.lima@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0899-0427>

Christiane Garcia Macêdo

Possui mestrado e doutorado em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Diretora Nacional dos Grupos de Trabalho Temático do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, gestão 2019/2021 e 2021/2023. É professora adjunta do Colegiado de Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Atua com os seguintes temas: história, educação física, memória, gênero e centros de memória. Integra o GEEPRACOR - Grupo de Estudos sobre Educação e Práticas Corporais. E-mail: christiane.macedo@univasf.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3760-3951>

Álvaro Rego Millen Neto

Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Petrolina-PE. É um dos líderes do Grupo de Estudos em Educação e Práticas Corporais (GEEPRACOR/UNIVASF). Realiza pesquisas sobre os aspectos pedagógicos e socioculturais das práticas corporais e da educação física. E-mail: alvaro.millen@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7473-423X>.

Recebido em: 12/05/2023

Aceito para publicação em: 08/06/2023